

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 10 DE JULHO DE 2019

10:00 Horas

ORDEM DO DIA

1. Informações;
2. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
3. Apreciação e votação de parecer sobre as seguintes iniciativas:

Proposta de Lei n.º 207/XIII/4.^a (GOV) - Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga, transpondo a Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão;

Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

Projeto de Lei n.º 1215/XIII/4.^a (Ninsc) - Procede à oitava alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho, e à terceira alteração à Lei dos Partidos Políticos, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de Agosto e aprova o Regime Jurídico das Fundações e Associações de Partidos Políticos;

Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de Lei n.º 147/XIII/2.^a (GOV) - Aprova o Estatuto do Ministério Público;
(CONTINUAÇÃO)

Proposta de Lei n.º 167/XIII/4.^a (GOV) - Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

Proposta de Lei n.º 168/XIII/4.^a (GOV) - Altera regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária;

5. Fixação da redação final de textos aprovados, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, designadamente:

Texto que procede à "Décima sexta alteração ao Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 21/85, de 30 de julho" [Proposta de Lei n.º 122/XIII/3.ª (GOV)];

Texto que "Estabelece as utilizações permitidas de obras em benefício de pessoas cegas, transpondo a diretiva (UE) 2017/1564, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de setembro, e descriminaliza a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente (Décima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, segunda alteração ao Decreto-Lei 252/94, de 20 de outubro, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro e primeira alteração ao Decreto-Lei 122/2000, de 4 de julho) [Proposta de Lei n.º 170/XIII/4.ª (GOV)];

Texto que "Estabelece o regime da resolução dos conflitos de jurisdição entre os tribunais judiciais e os tribunais administrativos e fiscais, regulando a composição, a competência, o funcionamento e o processo perante o tribunal dos conflitos" [Proposta de Lei n.º 181/XIII/4.ª (GOV)];

Texto que procede à "Segunda alteração à Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial" [Proposta de Lei n.º 126/XIII/3.ª (GOV)];

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2233/XIII/4.ª (BE) - Pela integração, sem perda salarial, do suplemento de recuperação processual no salário dos oficiais de justiça;
7. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório Anual de Atividades da Provedoria de Justiça relativo ao ano de 2018, incluindo o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção;

Relatora - Deputada Susana Amador (PS)

8. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:

Petição n.º 537/XIII/4.ª - Solicita revogação do Capítulo VI do Título I do Livro II do Código Penal, relativo aos crimes contra a honra;

Petição n.º 630/XIII/4.ª - Solicitam a revogação dos artigos 184.º e 328.º do Código Penal;

Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

Petição n.º 568/XIII/4.ª - Solicita a adoção de medidas com vista à promoção da igualdade de género na paternidade e na maternidade;

Relatora - Deputada Catarina Marcelino (PS)

- 9.** Apresentação do Relatório de participação da Delegação da Assembleia da República na Reunião interparlamentar Human rights and the external actions of the EU and Member States «Direitos Humanos e ações externas da UE e dos Estados-Membros» Bruxelas, 20 de novembro de 2018;

Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS) e Deputada Ângela Guerra (PSD)

- 10.** Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição de várias entidades no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 200/XIII/4 (GOV) - «Altera o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses»;

- 11.** Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;

- 12.** Designação da delegação da CACDLG para participação na reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a EUROPOL - Bruxelas, 23 a 24 de setembro;

Delegação fixa: 1 Deputado GP-PSD (Carlos Abreu Amorim) + 1 Deputado GP-PCP (António Filipe)

- 13.** Outros assuntos.